

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE AGOSTO DE 1999
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja destinado o tempo do Grande Expediente da sessão ordinária do dia 15 de setembro próximo, para que possa fazer uso o Presidente da União Paranaense dos Estudantes - UPE, em ocasião das comemorações do 60º aniversário da entidade.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a solicitação de que tenha uma sessão especial para a instalação do I Simpósio de Álcool e Açúcar no Estado do Paraná, a realizar-se às 10:00 horas, do dia 05 de outubro de 1999, no Plenarinho desta Casa de Leis, onde estarão presentes todos os representantes das Indústrias Automobilísticas do país, representantes das Cooperativas de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná.

Pelo exposto e pela importância do Simpósio esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o Secretário Especial de Previdência, Sr. Renato Follador, e o Diretor Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, Sr. Miguel Salomão, para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis sobre o atendimento à saúde dos servidores públicos estaduais sob responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

O presente requerimento justifica-se pelas crescentes reclamações sobre o atendimento que vem sendo prestado pelo IPE a seus segurados, sendo que hospitais e laboratórios têm-se recusado a prestar estes serviços em função de não haver recebido do Estado valores referentes aos serviços já realizados. Este atraso no cronograma de pagamentos de hospitais e laboratórios credenciados tem levado a suspensão do atendimento aos servidores segurados pelo Instituto.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Maurílio Alves de Oliveira, falecido no último dia 24 de agosto, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Rui de Moraes Pessoa, Sócio-Proprietário da Viação Real no Município de Cianorte, falecido no último dia 24 de agosto.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a consignação em Ata da presente sessão plenária votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor João Yamakawa, ex-Prefeito do Município de Amaporã, ocorrido hoje dia 25.08.99, às 09:00 horas da manhã, vítima de enfarto.

O tempo e a distância, jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez da sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos votos de congratulações e aplausos pela passagem do Dia do Soldado Brasileiro, neste dia 25 de agosto.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Festejamos no dia de hoje, o Dia do Soldado Brasileiro, herói e defensor da soberania nacional em todas as frentes do nosso glorioso Exército Brasileiro, sempre pronto, dedicado e obediente, a ponto de que se necessário for, entregar a sua própria vida para salvaguardar, com dignidade e abnegação, os interesses da Nação brasileira.

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Elio Hugo Torres, Cônsul da República Oriental do Uruguai, pela comemoração dos 174 anos de Independência da República do Uruguai.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurada hoje, uma praça nesta capital, no Parque Barigüi, em homenagem à República do Uruguai.

O Paraná, estado amigo, acolheu os uruguaios, não só com a sua beleza e cordialidade de sua gente, mas também com sua hospitalidade. Estamos comemorando hoje, os 174 anos de declaração da Independência da República Oriental do Uruguai.

O sonho de liberdade dos uruguaios e seus antepassados, materializou-se através de lutas sangrentas, o que garantiu o espaço físico daquele país, como nação. Mas, a liberdade deste povo está, cada dia mais, ligada à independência econômica do bloco regional, o MERCOSUL. A sua independência cultural como parte da civilização latino-americana, que conheceu momentos de glória já na Era pré-Colombiana, deve ser preservada e estabelecer o equilíbrio pluritário e cultural e a sua autonomia tecnológica se apóia nos alicerces de seu conhecimento, que possibilitará que aquele país enfrente os blocos econômicos de outros continentes, dentro de um diálogo de total igualdade.

A independência de um povo é um trabalho de todos os dias e não há idade para construí-la. Todos somos responsáveis pela nossa liberdade e ninguém tem o direito de excluir-se deste processo com a desculpa de que já fez demais pelo seu país, pelo seu povo. Nenhum governo do nosso planeta poderá solucionar os problemas da população, senão com a colaboração dos cidadãos. Ninguém pode se excluir das suas obrigações para com este mundo onde vive, onde mora.

O Uruguai, nestes 174 anos de independência, conseguiu obter o respeito da comunidade mundial, lutou com grandes dificuldades, sem deixar jamais de honrar seus compromissos. Seus governos, independentemente de suas tendências políticas, souberam construir as bases para a criação de um país cuja honra maior foi difundir o ensino público e gratuito e o serviço público médico-assistencial para todos os seus habitantes, em todos os cantos da República, conseguindo praticamente erradicar o analfabetismo e as doenças transmissíveis. Em outras palavras, dando cidadania aos seus habitantes.

O processo de liberdade definitiva iniciou-se em 1825, na Praia da Agraciada, com o desmembramento dos 33 Orientais. O país já estava primeira e mais antiga do nosso continente e do mundo. Também, o primeiro Rotary Clube do nosso continente foi fundado em Montevideo, em 1918, apenas 13 anos após Paul Harris ter lançado a sua idéia nos Estados Unidos. Ainda, foram uruguaiois famosos que, ainda no século 19 aportariam a literatura Latino-americana, obras de excelente conteúdo artístico.

O Uruguai, na sua história de país soberano, conquistou um lugar na cultura, no esporte, na economia deste nosso continente. O século 21 se apresenta como um grande desafio de evolução tecnológica, uma tarefa que, pela sua dimensão infinita, jamais poderá ser levada a cabo por uma só nação. Compete a nós e às futuras gerações, todos os irmãos latino-americanos, conquistar a liberdade que todos merecemos.

O Uruguai, país irmão do Brasil, dentro do MERCOSUL, tem dado uma imensa contribuição. Este Mercado Comum, que promete ser um gigante dentro do mercado mundial, tem avançado sempre dentro da economia, proporcionando desenvolvimento aos seus membros, tem tido a colaboração magnânima desta República que festivamente comemora hoje seus 174 anos de independência!

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à jornalista Joanita Ramos, do Jornal Gazeta do Povo, pelo recebimento do título de Jornalista Amigo da Criança, recebido em data de ontem em Brasília.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A jornalista da Gazeta do Povo, Joanita Ramos recebeu ontem, em Brasília, o título "Jornalista Amigo da Criança", concedido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI e Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança.

A jornalista paranaense passa a fazer parte de uma rede de profissionais que em seus trabalhos abordam questões relacionadas ao assunto. Joanita foi incluída em uma lista de 31 jornalistas, entre eles grandes nomes do jornalismo brasileiro e ela é a segunda jornalista do Jornal Gazeta do Povo a integrar a lista.

O projeto que já completa 3 anos de existência, procura colocar em pauta nos meios de comunicação as principais discussões a respeito dos proble-

mas enfrentados por crianças e adolescentes brasileiros, além de suas possíveis soluções.

Joanita Ramos escreve semanalmente, dentro do suplemento Viver Bem, a coluna Primeiros Anos, que procura mostrar novas iniciativas que representam benefícios às crianças. Em seu trabalho, a jornalista também escreve matérias relativas à educação infantil e para adolescentes.

Pelo recebimento do muito merecido título de "Jornalista Amigo das Crianças", receba Joanita Ramos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de votos de louvor ao jornalista Dr. Abdo Aref Kudri, pelos cinquenta anos de jornalismo e parabenizando a diretoria da Associação Paranaense de Imprensa - API, pela iniciativa de homenagear nesta data com marcante reunião histórica nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Destacando os cinquenta anos de jornalismo de Kudri, historiando sua luta principalmente em defesa da liberdade de imprensa, da democracia e das causas paranistas.

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício a Exma. Sra. Elizabete Pavin - DD. Prefeita Municipal de Colombo, solicitando urgência na colocação de asfalto ou anti-pó, nas ruas Duque Estrada, Luiz da Gama, Emílio de Menezes e Machado de Assis, no Jardim Central.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Conforme abaixo-assinado anexo, os moradores das ruas Duque Estrada, Luiz da Gama, Emílio de Menezes e Machado de Assis, Jardim Central, do Município de Colombo, solicitam a colocação de anti-pó, tendo em vista que já pagaram pelo mesmo e até o momento o serviço não foi efetuado.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres pares, visando encaminhar, através de correspondência, o presente a Exma. Sra. Elizabete Pavin - DD. Prefeita Municipal de Colombo, a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Eliseu Lemos Padilha, DD. Ministro dos Transportes, solicitando providências urgentes junto ao DNER para a recuperação de trecho da BR-158, que liga o Município de Chopinzinho à Barragem de Salto Osório, passando por Saudade do Iguaçu.

Requer ainda, que deste requerimento se dê ciência aos Prefeitos e às Câmaras de Vereadores de Chopinzinho e Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A BR-158, que liga o Município de Chopinzinho à Barragem de Salto Osório, no Sudoeste do Paraná, passando pelo Município de Saudade do Iguaçu, encontra-se em péssimo estado de conservação, prejudicando o tráfego de veículos que por ali circulam.

Além de dificultar o intercâmbio entre as mencionadas localidades, as precárias condições da mencionada rodovia vêm causando prejuízo de elevada monta aos proprietários de veículos que por ali transitam, inclusive com riscos de graves acidentes.

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Ação Social, solicitando informações sobre o repasse de cestas básicas ao Município de Serranópolis do Iguaçu, se o convênio existe, a quantidade e as datas do repasse e o período em que o repasse das cestas é realizado.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando que o 11º Distrito Policial da CIC, Cidade Industrial de Curitiba não seja transformado em Mini-Presídio.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Segurança Pública pretende efetuar a transformação do 11º Distrito

Policial, localizado na CIC, Cidade Industrial de Curitiba em Mini-Presídio.

A comunidade local tem se manifestado contra esta proposta, uma vez que o local é de grande concentração de indústrias da nossa Capital, o que ocasiona grande concentração populacional. Ainda, o 11º distrito Policial está localizado em frente à escola Joaquim Távora e ao lado de um Hotel que hospeda diariamente empresários e autoridades de todo o país, além de haver duas agências bancárias próximas dali.

A região possui ainda: sete escolas, diversas creches, unidade de saúde, uma clínica (Paraná Clínica), diversos conjuntos habitacionais, agência de correios e concentra uma população de aproximadamente 200.000 habitantes.

Pelo exposto, e atendendo solicitação da comunidade local, solicitamos ao Secretário de Estado da Segurança Pública que reveja a decisão de transformar o 11º Distrito Policial da CIC em Mini-Presídio, uma vez que as consequências que observamos em locais desta natureza (fugas, motins, etc) podem trazer problemas diversos àquele local na área de segurança.

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ação Social, solicitando informações sobre a veracidade de que o Comando Geral da Polícia Militar, importou tecidos para a fabricação de fardas e componentes para os integrantes da Polícia Militar, cujo os gastos foram no montante de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) à vista e que a mercadoria adquirida será entregue nos meados do ano 2.000. Sabe-se que a compra foi efetuada através da empresa Pauer Brand's Importadora, pertencente a Gerges Pantazis, sem licitação. O Comando Geral da Polícia Militar, mesmo tendo conhecimento de que no Brasil existia tecido similar e de menor valor e de pronta entrega, adquiriram o importado.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Há comentários de que o Conselho econômico da Polícia Militar teria negado a aprovação da compra dos tecidos, tendo em vista que existia similar e mais barato no Brasil e também que a A.V.M. (Associação da Vila Militar), sempre confeccionou a custo mais baixo que o mercado as fardas e os componentes da Polícia Militar, mas mesmo assim o comando autorizou a compra do tecido importado.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Sr. Cândido Martins de Oliveira, DD. Secretário de Segurança Pública, Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico, CEP 80.530-910, Curitiba, PR.

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Sr. Pretextato Tabora Ribas Neto, solicitando informações em relação a contrato de serviços firmado entre a TELEPAR Celular e compradores de telefone celular no Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No final do ano passado cerca de 400 pessoas, residentes no Município de Piraí do Sul, firmaram contrato com a TELEPAR Celular para habilitação de telefone celular. Estes cidadãos têm pago, desde então, o custo referente à assinatura básica sem, no entanto, terem sido habilitados, estando impossibilitados de fazer uso de seus aparelhos. Assim sendo, solicitamos informações de por quê desta situação, uma vez que já se passaram oito meses da assinatura do contrato, bem como sua urgente regularização.

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, solicitando as seguintes informações e documentos, referentes ao processo de licitação realizada pela FUNDEPAR para elaboração dos projetos de reforma do Colégio Estadual Regente Feijó, no Município de Ponta Grossa:

1) Qual a modalidade de licitação adotada pelo Governo do Estado para a contratação dos projetos elétrico, hidráulico e arquitetônico?

2) Cópia do edital de licitação e do contrato realizado entre o Governo do Estado e o profissional e/ou empresa escolhida para elaboração dos projetos elétrico, hidráulico e arquitetônico, necessários à reforma do Colégio Estadual Regente Feijó;

3) Cópias dos projetos e respectivos ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 458/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Estado do Paraná ao Dr. Benedito Valdecir de Oliveira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear a uma das mais importantes figuras da classe médica, do estado do Paraná, o Dr. Benedito Valdecir de Oliveira.

Paulista de Benedito Campos, o Dr. Benedito Valdecir de Oliveira adotou o Paraná como a sua terra. Morando inicialmente no Norte do Paraná e depois em nossa capital, o nosso homenageado trilhou no nosso Estado um caminho de muito trabalho e honradez e que favoreceu toda a comunidade paranaense.

Estamos apresentando, também, em anexo, o extenso *curriculum vitae* do Dr. Benedito Valdecir de Oliveira, que bem comprovam a sua brilhante carreira. Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 459/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Excepcionais de Lobato, com sede e foro no Município de Lobato.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, fundada em 11 de março de 1997, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no Município de Lobato, Estado do Paraná.

Possui caráter cultural, assistencial e educacional, de duração indeterminada, tendo por finalidade, promover medidas de âmbito munici-

pal, que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 460/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação ao Município de Altônia, da Data de Terra nº 07 (sete), da Quadra nº 60 (sessenta), localizada na Cidade de Altônia, contendo uma casa de madeira medindo 181,42m² objeto da matrícula nº 1.486 do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê-PR.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta Lei, continuará a ser destinado à residência do Juiz de Direito da Comarca.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 25.08.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em pauta foi doado ao Governo do Estado do Paraná, através da Lei Municipal de nº 014/76, de 07 de maio de 1976. Com a doação de que trata o presente Projeto de Lei, o imóvel voltará a pertencer ao município que terá novamente condições de efetuar as melhorias e obras necessárias para dotá-lo de condições para a habitação. Em virtude do estado em que se encontra hoje, tem desestimulado os magistrados de permanecerem na Comarca, ocasionando sérios problemas com o desenvolvimento na área jurídica.

PROJETO DE LEI Nº 461/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Cafelândia e Iracema do Oeste.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento

da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Nova Aurora.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Nova Aurora.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Buscamos atender uma reivindicação das comunidades que integram a importante região de Nova Aurora, com os municípios de Cafelândia e Iracema do Oeste.

Justifica-se a criação da CIRETRAN de Nova Aurora, visto melhorar o atendimento deste importante órgão governamental, trazendo-o ao encontro da população que hoje sofre na busca de documentos pela enorme distância (70Km) da Cidade de Cascavel.

PROJETO DE LEI Nº 462/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Corbélia, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Anahy, Braganey e Iguatu.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Corbélia.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Corbélia.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa de apresentar o presente projeto de lei, se justifica em atenção aos pedidos das autoridades dos municípios que integram a CIRET-

RAN, (Corbélia, Anahy, Braganey e Iguatu), cuja população reivindica mais proximidade deste importante órgão de estrutura governamental, que além de economia de gastos pelas distâncias, oferecerá mais eficiência e agilidade no atendimento às necessidades dos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Amanhã, dia 26, trabalhadores, funcionários liberais, agricultores, pequenos agricultores, trabalhadores sem-terras, trabalhadores que não têm lugar para morar, enfim, a sociedade brasileira faz um ato de repúdio ao governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso.

Espera-se na explanada do Palácio do Planalto cem mil pessoas para demonstrar exatamente a insatisfação do povo brasileiro em função da condição da política econômica do Fernando Henrique Cardoso, e principalmente em relação ao des-governo, ao processo de privatização no nosso País.

Há um processo de coleta de assinaturas que já vem há três meses, um milhão de assinaturas serão entregues amanhã ao presidente do Congresso para que se abra uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que apurem, investiguem o processo de privatização da TELEBRÁS, aonde ficou evidente, através de gravações reveladas pela imprensa, da participação de autoridades do governo, na área econômica, e para espanto de toda Nação, da participação do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando aceita que intermediadores do BNDES junto ao Fundo de Pensão do Banco do Brasil pressionassem empresários para a obtenção do processo de licitação em relação a TELEBRÁS.

O governo tem reagido de uma maneira que nos deixa a pensar sobre as raízes democráticas do PSDB na condução do governo federal.

Em primeiro lugar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Líder do Governo, Aécio Neves, depois toda a imprensa nacional, o Antônio Carlos Magalhães, enfim, toda a bateria governamental tentou classificar a manifestação como uma manifestação de golpe porque aqueles que querem tirar o Presidente da condição de um mandato legítimo obtido pela votação através de voto secreto, universal, nas urnas do ano passado, como se não tivesse o direito de se manifestar e exigir que abrisse um processo do qual poderia redundar no afastamento do cargo de Presidente.

Ora, se a oposição, municiada de fatos, uma coisa é se estar municiada de fatos, de documentação que possibilite a abertura, mas se a oposição e a população de um País, seja de qualquer comunidade, não tiver o direito, dentro das regras democráticas do qual a nossa Constituição prevê de exigir a mudança do presidente, quer dizer, o afastamento do cargo do mandatário da nação, ou de um município, ou de uma unidade da Federação, nós precisamos daí dizer o seguinte: "Não existe mais democracia mesmo".

Então, essa caracterização na realidade é a criminalização do ponto de vista democrático de uma manifestação por parte da oposição e de setores da sociedade querendo o afastamento do presidente.

Não quero nem estar no mérito, eu pessoalmente tenho discordâncias a respeito deste processo, mas a caracterização fica por parte dos senhores que dominam o poder, é de um autoritarismo, é de uma completa renúncia aos princípios democráticos de qualquer sociedade.

O que deve, ser claro e tranqüilo para o Fernando Henrique Cardoso, é dizer o seguinte: a oposição está achando que tenho parte envolvida num processo de privatização de uma empresa pública, que são as telecomunicações do nosso País, em função de uma palavra do presidente. Aliás é a sua voz e participação - ele está falando com aquelas pessoas, isso não foi questionado. Se o presidente disser que isso trouxe uma participação indecorosa do ponto de vista do cargo que ocupa e se isso ficar provado, ele dirá que será o primeiro a renunciar o cargo.

No entanto, o presidente e a turma do poder, que a gente sabe que estão meio perdidos e bastante inseguros, estão sem norte para digerir o nosso País, começam a resvalar, tentando capitalizar todo um sentimento muito pequeno - é uma coisa muito triste, que acontece em nosso País, que é a volta do autoritarismo, pondo de lado todas as conquistas democráticas que conseguimos nesses últimos anos.

Não classificar de golpe! Vi o Ministro Raul Jungmann, Diretas Sempre, num adesivosinho, ridicularizando as manifestações.

Há uma denúncia que não foi apurada. O Congresso Nacional não apurou. Há um processo, uma luta dentro do povo para apurar o processo de privatização e do qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz parte dessa denúncia.

Não é um quadro qualquer ou um ministro. Está lá o presidente autorizando outro rapaz do BNDES a dizer o seguinte: utilize o meu nome para pressionar o Banco do Brasil e o Fundo de Pensão a pressionar a TELEMAR.

Esse é um fato e um direito da oposição e da sociedade exigir a apuração. E se a apuração com-

provar que a participação do maior mandatário da República, do ponto de vista democrático, o que caberá ao Congresso Nacional?

Cabe a ele abrir um processo de "impeachment" - não há outra saída.

Não é um ministro ou um Senador, é o Presidente da República falando para o superintendente do BNDES autorizando-o a fazer aquelas negociações sobre a TELEBRÁS.

Acho que pode haver um exagero por parte daqueles que não concordam com a política econômica do governo, e eu sou um deles. Acho que grande parte do povo brasileiro não concorda hoje.

Há um exagero em dizer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, naquela participação, naquela gravação e processo é responsável por uma má conduta.

Pode ser um erro do ponto de vista do conjunto das oposições fazer a acusação desse processo, exigindo: fora FHC! Basta de Fernando Henrique Cardoso! Mas o processo de mobilização, em reunir 100 ou 200 mil pessoas é legítimo do ponto de vista da democracia. Não dá para dizer que não.

Vir classificá-los de golpistas não dá para dizer que não. Não dá para aceitar esse tipo de procedimento, exatamente daqueles que devem dar o exemplo do ponto de vista democrático.

Nós estamos assistindo uma manifestação popular, fazendo denúncias sobre política econômica, processos de privatização, exigindo apuração, reunião do povo - uma bateria, Folha de São Paulo, Rede Globo, TV Bandeirantes, todo o arsenal de mídia a serviço do PSDB e o governo Federal, foram colocados para classificar aqueles que estão lá se manifestando, estivessem querendo fazer um golpe. Não é verdade.

Concedo um Aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O seu pronunciamento faz jus no que tem tomado, nos últimos dias, a imprensa do País, na questão da mobilização popular - o protesto da população em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero contribuir com o seu pronunciamento e quem sabe avivar aqui esse debate, para que refletíssemos sobre algumas questões, que vão de encontro à linha de pensamento que Vossa Excelência colocou.

Acho que o que se procura fazer, através da imprensa, de tirar de centro algumas questões e fazer com que a população entenda de outra forma, procede no seu pronunciamento.

Assim que foi com o agricultores no Palácio do Planalto, em que se começou a classificar que era o perdão de todas as dívidas rurais do Brasil, embora tenhamos que reconhecer que há divergências com relação à questão das dívidas rurais. Primeiro, que muitos dos que pegaram somas vultosas no Banco do Brasil e nem aplicaram na agricultura, nem deveriam ter pegado.

Segundo, porque não se pode entender a situação de descalabro em que se encontra a agricultura brasileira como um todo, numa manifestação como essa, procurando desvirtuar a realidade dos fatos.

Acho que a população tem o direito de, democraticamente, se manifestar e colocar o seu ponto de vista, discordar da política econômica do governo, de entender que a postura do Presidente da República num processo de privatização não foi condizente com o cargo que ele ocupa na presidência e a população tem direito de entender isso e até protestar, mas não pode, no meu entendimento e talvez essa seja a razão da maior da divergência que há nessa questão hoje, de, antes que os fatos sejam comprovados, antes que se faça uma CPI, antes que tenhamos a comprovação o envolvimento do Presidente, apenas, ao invés de ser um movimento contra a política, econômica, um movimento que peça a revisão do processo de privatização, se transformar num processo de "Fora o Presidente", Abaixo o Presidente", pedindo a demissão ou a renúncia do Senhor Presidente, porque eu acho que as coisas são bastante complicadas, porque tão democrática é a manifestação como foi democrática a eleição onde foram colocados os pontos de vista, as propostas e onde a população, soberanamente optou por uma proposta de trabalho ou pela condução do país, nas mãos do presidente.

Então eu acho que a forma da condução, de pedir a renúncia do presidente, causa essa dúvida na cabeça da população e dá margem a várias interpretações com as quais eu particularmente não concordo.

Há concordância no direito do protesto. Que se faça o protesto, que se questione as privatizações, que se questione o rumo do governo, mas não se pode aproveitando a situação de crise, em que se encontra o país, crise política, institucional, econômica, para pedir a deposição do Presidente, sem que haja por parte de quem tem competência para julgar esses fatos, no caso, o Congresso Nacional ou a própria população pode ter uma idéia, mas não pode julgar prematuramente isso, para pedir a renúncia do presidente.

Acho que essa é a questão que leva aos dois erros: um é da imprensa macular a realidade, é procurar transformar o movimento num movimento que seja meramente golpista.

Não. Há divergência com relação à condução do país, mas outro que é da mesma forma equivocada, é pedir a deposição do presidente, sem que haja a comprovação de fatos que possam levar a esta questão, com mais profundidade. Eu acho que temos uma responsabilidade com a questão democrática e esta responsabilidade nos leva a trabalhar essa questão, mesmo com o movimento popular de protesto, uma questão extremamente responsável.

Essa é a minha opinião e gostaria de colocar como uma contribuição ao vosso pronunciamento sobre o que está acontecendo no país nos últimos dias.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu queria apresentar uma discordância em relação ao Deputado Zucchi.

Na minha opinião, o processo desencadeado de manifestação e repúdio à política econômica, à conduta do presidente, mandatário do cargo, se foi ética, se foi imoral ou não foi, se não corresponde às atribuições do seu cargo, se eram suficientes para abrir um processo político de investigação da conduta do Presidente da República, eu acho que isso é um processo. De saída ou digo que não faria exatamente isso que alguns acham que tem que fazer. Mas, vejam bem, também posso não concordar com aquele meu companheiro, aquele cidadão que não quer o Fernando Henrique Cardoso, e que quer fazer manifestação neste País, para dizer o seguinte: o Fernando Henrique Cardoso, tem que abandonar o cargo. Este homem, na visão dele, já fez tudo de ruim para o Brasil. Ele não tem mais legitimidade, ele não tem mais condição política de exercer a presidência.

Temos que fazer um movimento na sociedade, para dar uma nova dinâmica para o Brasil, porque ficar mais três anos com o Fernando Henrique Cardoso, significa para nós a conduta e a condução deste movimento, dessa política econômica; será o fim para o Brasil.

Então, não posso restringir, do ponto de vista da democracia, não posso restringir as pessoas de terem essa posição. Eu não posso! Vejam bem, posso não concordar e me contrapor, mas não posso nunca dizer o seguinte: por aqueles que assim pensam, são golpistas, como se fossem querer fazer um golpe, um golpe de Estado, mudança de subversão das regras democráticas. Porque a deposição de um Presidente a exigir a sua saída, essas questões todas, acho que estão na raiz da democracia e da república. Não tem como não fazer um Congresso Constituinte.

Na Venezuela, o presidente eleito pela atribuição que lhe confere, por uma manifestação da

população chamou uma Constituinte livre e soberana. Os Partidos de esquerda do mundo inteiro, alguns estão fazendo umas outras coisas. Não sei onde vai dar o processo da Venezuela. Lá tinha um Congresso funcionando, e o Presidente chamou uma Constituinte. E todos os Partidos de esquerda da América Latina estão dizendo que foi a Constituinte mais democrática que aconteceu nos últimos cinquenta anos na América Latina. Os partidários do Chaves - 87% - ganharam a Constituinte. Tem gente que diz que o Chaves é golpista. Mas, como golpista? Pode-se não concordar com a política do Chaves com o seu enfrentamento. Mas como entender golpe, quando o povo todo da Venezuela, através de eleições livres, democráticas, foi chamada a se pronunciar nas urnas, com acesso amplo da televisão, com todos os Partidos de esquerda, ninguém negando, todo mundo referendando o processo. Como? Como chamar golpe? Golpe em nome do povo e para o povo.

Então, fico preocupado com essas investidas por parte da imprensa e por parte do Palácio do Planalto, de repudiar uma manifestação que é legítima. Pode não ser legítima a destituição do Fernando Henrique Cardoso, mas isso é um processo que vai ser discutido se a CPI for aceita no Congresso. Agora que a manifestação é legítima, ela é legítima. Não podemos querer criminalizá-la.

O Sr. José Maria Ferreira

Quero cumprimentá-lo, sempre tem sido um Parlamentar inteligente, brilhante. As suas colocações são colocações que fazem pensar. Também cumprimento os professores aqui na nossa tribuna de honra. Com certeza vêm a esta Casa com o espírito de buscar justiça para os seus problemas e as suas questões funcionais.

Mas, voltando à questão abordada por Vossa Excelência nesta tarde, não tenha dúvidas, enquanto eu, como PSDB, e boa parte dos nossos companheiros, temos o direito de discordar inclusive do nosso Partido. Inclusive, é um posicionamento adotado pelo PSDB do Paraná. Mas, jamais, Deputado Ângelo Vanhoni, não poderemos pensar que num sistema democrático - você ou o cidadão ou Partidos - faz veicular pela televisão mais de um mês, no horário gratuito que conseguiu pelo processo democrático, a derrubada, o golpe da democracia. Há mais de um mês os Partidos de esquerda estão a fazer inserções "Fora FHC! Fora FHC!" E hoje ainda pela manhã, quem ouviu a "CBN Nacional", ouviu a definição de uma liderança de um movimento que estão lá, que considero hoje cem mil sem rumo. Por quê? Porque o objetivo deles era de tirar o FHC.

Vossa Excelência sabe - e sei que não concorda com isso porque é um democrata - a legitimidade se

consegue nas urnas. Sou favorável que eles façam a demonstração e expressem os seus sentimentos. Mas não podemos subverter o processo democrático. Vossa Excelência falou da Constituinte da Venezuela. A Venezuela desde 1957 é um exemplo de democracia na América Latina até uns seis, sete anos atrás.

Entretanto, hoje não se vê, porque lá o Presidente Chaves está dando um golpe de direita. Em função de um problema econômico está o Chaves se aproveitando para, quem sabe amanhã, estabelecer uma ditadura de direita.

O Fernando Henrique Cardoso, pelo contrário, com dificuldades no fronte econômico, na geração de empregos, no equilíbrio da balança de pagamento, na questão do câmbio, mas vem mantendo a sua postura de democrata. e, permitindo, inclusive que se estabeleça uma manifestação desse porte contrária ao seu governo e com a disposição de tirá-lo do Palácio. Está mantendo porque é um democrata.

Manifestar é um direito, princípio básico da democracia. Mas com responsabilidade.

Observamos que os índices não estão tão ruins. Se olharmos os países que entraram em dificuldades econômicas geradas pelo Sudoeste Asiático, pelo México, pela Rússia, passaram dificuldades muito maiores. A exemplo da Coréia do Sul que caiu 6,7% o PIB no primeiro ano. O nosso caiu 0,12 e dá para remediar. Mas não é perturbando a ordem democrática, criando fatos ainda inexistentes que vamos resolver o problema do Brasil e vamos melhorar o índice de desemprego, o índice educacional da população. Mas fazendo uma oposição séria. Também não sou favorável como foram feitas as privatizações. Elas deveriam ter sido pulverizadas na população, para a população.

Hoje quero me somar, quero colocar aqui que o próprio Fernando Henrique Cardoso admitiu e reconhece o direito de protestar. Agora o direito, em nome do protesto, em nome da liberdade, surrupiar o direito legítimo das urnas, não podemos concordar. E é o que estamos vendo nas primeiras palavras do movimento há um mês.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vossa Excelência contribui. Não sei qual será o caminho que o povo da Venezuela e o Presidente Chaves irá trilhar. Uma coisa não posso negar. Suponhamos que no Brasil, tão logo depois o Plano Real, tão logo depois da vitória de Fernando Henrique Cardoso com apoio de 70% no Congresso Nacional resolvesse, para não somente fazer as reformas políticas, econômicas, reforma do aparelho do Estado, apenas mandar mensagens

para o Congresso Nacional para alterar a Constituição.

Suponhamos que o entendimento do Congresso, da maioria do Congresso, do próprio Presidente, com o apoio popular que tinha em função do sucesso do Plano Real, naquele momento, decidisse convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, para rever a Constituição e proceder as reformas, dos quais, o próprio Fernando Henrique Cardoso, que tem toda a sua bancada política de apoio que estavam entendendo ser necessário. Que saísse a decisão de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, no Brasil.

Agora do ano de 95 e do ano de 96, pleno apoio, do ponto de vista, para o Presidente, vitória política, do ponto de vista, no Congresso, eu ia dizer para o senhor o seguinte: desde que o processo da Constituição dessa Assembléia fosse legítimo, fosse amplo, aberto e democrático, por mais que eu entendesse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, estaria se aproveitando de um momento bom, do seu Governo, estivesse se aproveitando de um momento de vitória das questões econômicas no País, eu não poderia dizer que aquilo foi um golpe. Porque um processo aberto de consulta popular, quer dizer que quem vai decidir isso é a população.

O Chaves pode caminhar para esse processo, mas não sei o que vai acontecer lá. Mas, que a convocação da Constituinte é um processo antidemocrático, não posso aceitar.

O Sr. José Maria Ferreira

O resultado que vai vir depois.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O resultado até pode ser porque desconheço como é que estão as forças políticas na sociedade.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje estamos com a presença de vários representantes dos funcionários públicos do Estado do Paraná e de professores aposentados.

A situação é conhecida por todos nós, esta Casa de Leis, no primeiro semestre, voto a instituição do PARANAPREVIDÊNCIA, que junto com a legislação que criou o PARANAPREVIDÊNCIA, nós também criamos o PARANASAÚDE, que é outro Fundo, que cobra 2% dos servidores públicos do Estado e, tem a contrapartida do poder público, também, para manter o sistema público de saúde dos servidores do nosso Estado.

Os senhores todos acompanham a demanda judicial que esta legislação aprovada por nós trouxe no nosso Estado. São mais de 20 ações, mais de 20 liminares, para vários setores dos servidores públicos que inviabilizaram a contribuição do ponto de vista, da Constituição do Fundo, do ponto de vista da saúde.

No entanto, não há nenhuma legislação que possa hoje, substituir o que está em vigor. Então por um lado existe uma legislação que o governo não quer obedecer, porque por decisão da justiça; por outro lado, existem as pessoas concretas, as pessoas que vivem o dia-a-dia, aqueles que contribuíram durante anos e que precisam hoje, da contrapartida, do ponto de vista do Estado, para suprimimento das suas necessidades físicas.

Isto é, pessoas que estão com problema de saúde, pessoas que precisam de exame laboratorial, pessoas que precisam de atendimento médico, e não têm hoje a quem recorrer.

O IPE apresenta, hoje, um índice de individualização na ordem de 30 milhões de reais. Pelo menos são as informações que constam da imprensa do nosso Estado, que é o individualismo do instituto da Previdência.

Os servidores públicos não têm mais o IPE para se socorrer. Então esta indefinição por parte do Governo, porque não dá para esperar o julgamento de mérito. O julgamento de mérito pode se arrastar anos, para ter uma solução, e são mais de 20 liminares, das diversas categorias de servidores públicos do Estado do Paraná.

Acho que a Comissão de Saúde da Assembleia, o Plenário da Assembleia Legislativa, temos que entender melhor esta situação que foi criada em função da nova legislação do PARANASAÚDE, do contraditório oposto, do ponto de vista da inconstitucionalidade de alguns artigos dessa lei e da situação real e concreta por que passam a maior parte dos servidores completamente desassistidos, do ponto de vista, da assistência médica.

Para isso, acho que o primeiro passo que estamos propondo, é que tenhamos aqui a presença do Secretário Especial para esta pasta, que é o Sr. Follador, e do Diretor-Presidente da Paranáprevidência, que é o Dr. Miguel Salomão, que venham a esta Casa, e possam explicar a real situação e as possibilidades de uma solução para este problema.

De nossa parte, imaginando uma solução seria que enquanto isso não tivesse sido superado, quer dizer, uma saída para um novo fundo, para uma nova assistência médica que o governo deseja e que é desejo dos servidores, porque ninguém quer o IPE antigo, que prestava serviços de péssima qualidade, não tinha capacidade para resolver os seus problemas, acumulava déficits operacionais ao longo dos anos, de nossa parte acho que seria uma das sugestões, que a gente retirasse da legislação do Paranáprevidência. Eu li há dois dias atrás na Gazeta do Povo, o que dizia um rapaz, do próprio Paranáprevidência, de que o governo já está dando como certo, que o Paraná Saúde não volta a ser como foi criado aqui na Assembleia Legislativa. Esse Fundo de Saúde tal qual criamos a legislação

aqui, não mais existirá em função das decisões da Justiça. Há decisões do ponto de vista de mérito e há decisões do ponto de vista de liminares, da inconstitucionalidade de alguns artigos colocados naquela legislação.

Então o que estou pensando? Os servidores públicos não podem ficar a descoberto mais seis, mais oito, mais nove meses. Afinal de contas estamos tratando de pessoas que já se aposentaram e é exatamente nessa idade da vida que mais precisamos de uma assistência médica e para esse fim foi contribuído durante trinta e cinco anos para os serviços médicos, por parte dos servidores. Agora, os servidores que precisam do apoio do Estado, do apoio do governo, depois de uma contribuição de trinta anos, precisam de um exame laboratorial, precisam de um atendimento médico, a única opção que se apresenta para a grande parte deles, é o Sistema Único de Saúde. Se o Sistema Único de Saúde que todos conhecemos, já apresenta falhas imensas do ponto de vista da sua capacidade, vamos imaginar com mais cento e cinquenta mil servidores públicos do Estado do Paraná recorrendo ao serviço do SUS no nosso Estado. Vamos entender que não é possível a gente garantir o atendimento médico.

Cabe uma sugestão. Talvez, nessa conversa, com a presença do Follador e do Miguel Salomão aqui na Assembleia, possamos trilhar algum caminho para, pelo menos emergencialmente, garantir o restabelecimento do atendimento do IPE tal qual existia antes para os servidores públicos do Estado do Paraná, enquanto não houve uma solução mais definitiva para o atendimento médico hospitalar e preventivo, do ponto de vista da saúde, para os servidores.

É nesse sentido que os aposentados estão aqui presentes, fazendo um apelo para os senhores deputados para que se debrucem sobre essa questão, porque para nós pode não ser uma questão essencial, uma questão fundamental, mas para quem já está aposentado e contribuiu, depois de trinta anos de serviço e não tem assistência médica de qualidade para garantir a qualidade de vida, é um problema essencial e emergencial.

São as nossas ponderações.

Gostaria que o Líder do governo, se tiver conhecimento do nosso requerimento, sobre a presença do Follador e Miguel Salomão, que pudéssemos discutir essa questão com mais informações e apontarmos uma saída para esse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Essa presidência cumprimenta V.Exa. e associa-se à preocupação de V.Exa. e dos servidores públicos, a fim de que durante esse período, até que

a Justiça defina o mérito ou a constitucionalidade das questões, tome a Assembléia posicionamento firme para que durante esse período, efetivamente, situações emergenciais sejam resolvidas.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Gazeta do Povo de hoje traz uma matéria: "Acordo mantém locação dos Radares Eletrônicos". No seu texto inicial diz:

"Um acordo entre a Assembléia Legislativa e o governo, vai permitir que o Estado mantenha um contrato de locação da radares e Câmaras com a empresa paulista Conslabel para fiscalização das rodovias estaduais". E, no final, diz o seguinte: "Depois de três horas de reunião no DER, o Deputado Durval Amaral, autor do projeto, cede e concede e altera o projeto dizendo o seguinte: a fiscalização e o registro das multas eletrônicas só poderão ser feitas diretamente pela Polícia Rodoviária em ações que utilizem veículos caracterizados e somente os equipamentos é que poderão ser alugados pelo Governo.

Em primeiro lugar a notícia é no mínimo estranha porque este projeto não foi aprovado pela Casa, conforme o texto diz. É um projeto que passou pela primeira votação, voltou para as Comissões, tem uma emenda, e na verdade a Assembléia não fez acordo. Nós, Deputados, não fizemos acordo, porque desconhecemos esta matéria.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Hermes, realmente a notícia da Gazeta do Povo não retrata a verdade. O que houve foi um acordo entre o autor do projeto e a Secretaria dos Transportes. Naturalmente este projeto terá que vir a esta Casa com esta emenda ou um novo projeto para ser aprovado ou não por esta Casa.

Então, acredito que a informação chegou errada à Gazeta do Povo. A posição nossa desde o primeiro instante foi procurar uma forma para negociar com o autor do projeto, com a Secretaria de Transportes para que se achasse uma forma de aprovarmos o projeto.

Então, até o presente momento nem o projeto antigo, ele já tinha passado aqui pela segunda, pela fase das emendas e eu acredito que este projeto tenha que ser retirado a entrar com um novo projeto para que se possa contemplar o acordo que foi feito que é um direito do autor, de apresentar um novo projeto.

Só para esclarecimento.

O Sr. Augustinho Zucchi

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Hermes, gostaria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa lembra aos senhores Deputados que o Deputado Hermes está no Pequeno Expediente e portanto não cabe apartes.

O Sr. Valdir Rossoni

Desculpe, Deputado, achei que ele estava no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos abrir uma exceção, excepcionalmente, mas V.Exa. terá, rigorosamente cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Nós concedemos o Horário da Liderança do PTB para V.Exa. fazer uso para que não tome mais tempo fora do Regimento.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado, apenas gostaria de me somar à sua colocação. Eu acho que se foi um equívoco por parte da notícia, então que a direção, que a Presidência da Assembléia emita uma nota oficial à Gazeta do Povo dizendo que quem fez o acordo e tem todo o direito de o fazer foi o autor do projeto, o Deputado autor do projeto e não a Assembléia, porque estamos sendo questionados diuturnamente com relação a esta questão das multas nas rodovias do Paraná e não nos cabe arcar com este ônus de que a Assembléia Legislativa do Paraná fez um acordo com relação a esta questão das multas. Comigo, com relação as multas, não há acordo e eu sou membro da Assembléia.

Então, eu gostaria de me somar ao pronunciamento do Deputado Hermes e sugerir à Presidência desta Casa que em nota oficial esclarecesse a posição colocada aqui pelo Deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, esclarecendo realmente que é uma posição do Deputado autor do projeto que tem este direito, mas que para qualquer coisa que seja falado em nome da Assembléia, obviamente o projeto tem que ser discutido aqui nesta Casa.

Era o meu aparte e agradeço a V.Exa. por ter me concedido.

O Sr. Algaci Tulio

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, eu também hoje pela manhã ao chegar ao meu programa de rádio me chamou a atenção esta notícia que não é só na Gazeta do Povo, não, Deputado, está em todos os jornais este fato, no

mínimo estranho, de um atendimento feito pelo Deputado Durval Amaral, Se-cretaria de Transportes e a empresa que explora esta licitação de verificação de multas.

Quero, Deputado Valdir Rossoni, apenas dizer que estranhei o fato. Eu acho que a Assembléia tem que discutir esta questão. Eu, inclusive, anexeí a este projeto um voto meu em separado com Parecer de muita profundidade técnica, e que prova e mostra em todos os sentidos a ilegalidade de se transferir a uma empresa particular a aplicação das multas, a fiscalização das rodovias. Portanto, acho que temos que nesse momento ter uma explicação melhor da situação, sob pena de a Assembléia passar também aí por despercebida, serem os Deputados cobrados de um acordo que nós não sabemos. O mais correto na verdade seria o Deputado Durval Amaral vir ao Plenário hoje e dizer que tipo de acordo foi feito, que medidas serão tomadas daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. HERMES FONSECA

Agradeço os apartes dos nobres Pares, mas gostaria de reafirmar que a primeira das preocupações foi realmente esta notícia de que a Assembléia fez um acordo. Nós não fizemos acordo nenhum, desconhecemos isso, e não podemos ficar aí à mercê de julgamentos da sociedade de que somos homens de acordos, de conchavos, o que não acontece conosco.

Nós não podemos ser responsabilizados por atos isolados de Deputados desta Casa. Mas se isso realmente acontecer, esse projeto vier a ser alterado, esperamos que o seja realmente, e que a fiscalização seja uma atribuição da Polícia Rodoviária Estadual, que é o que diz a Constituição do Estado do Paraná.

Nós queremos agora colocar aqui como sugestão para um novo sistema de fiscalização da Polícia Rodoviária, que a função do Estado em primeiro lugar é garantir a segurança nas estradas. E garantir segurança nas estradas, em primeiro lugar conservá-las bem, eliminar os pontos críticos do tráfego que nós conhecemos, os pontos negros. É claro que sabemos que isso não tem sido feito porque não há recursos; os recursos não estão sendo utilizados pelo estado para conservar as nossas rodovias e nem para eliminar os pontos críticos. Considera-se ponto negro no tráfego aquele ponto em que ocorre pelo menos três acidentes.

Mas o que nós vivemos nesse período em que a fiscalização foi transferida para uma empresa privada, é de que havia uma ganância de arrecadação. O que nós queremos agora, se esse projeto passar por essa Casa, é que dentro da atribuição da Polícia Rodoviária haja o cuidado e a preocupação realmente com a segurança das estradas, e conseqüente-

mente com a segurança do cidadão que transita pelas estradas do Paraná. E para isso é preciso em primeiro lugar conservar melhor as estradas, corrigir curvas, fazer em determinados pontos das rodovias um asfalto anti-derrapante, sinalizar melhor, e que a colocação dos equipamentos locados, dos radares, seja feita apenas nos pontos críticos.

O que ocorre hoje no Paraná é que esses radares que foram colocados nas rodovias foram colocados com a função de arrecadar mais. Então, nós precisamos corrigir essa distorção. Essa é a sugestão que eu deixo aqui então na Assembléia para que nós Deputados possamos incentivar e sugerir que doravante a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná coloque os radares nos pontos críticos das rodovias que ainda existem, e que realmente seja cumprida a legislação, o Código Nacional e Trânsito, que sejam feitos apenas com carros identificados da polícia e que as placas sejam colocadas no mínimo a trezentos metros antes dos pontos críticos.

Esta é a grande preocupação nossa, nós queremos que as estradas sejam mais seguras, e as sugestões para que elas sejam mais seguras é que realmente a Polícia Rodoviária possa, além de tudo fazer uma campanha educativa do trânsito, uma campanha preventiva, e que realmente cumpra com a sua função de fiscalizar, mas cumpre dentro dos parâmetros da lei.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda pegando o gancho do Deputado Hermes, quero dizer que me aprofundei nessa matéria, na questão da terceirização de multas. Contratei um parecer devidamente fundamentado e, que em momento alguns, teria o Estado, o Departamento de Estradas de Rodagem, condições legais para fazer esse contrato e essa licitação.

A administração pública, através do DER, ao delegar para uma empresa particular, afastou-se do estado democrático de direito. A primeira condição de legalidade é a competência do agente. Não há em direito administrativo competência geral ou universal. A lei preceitua em relação a cada função pública a forma e o momento do exercício das atribuições do cargo. Não é competente quem quer, mas quem pode, segundo a norma do direito. A competência é sempre um elemento vinculado objetivamente fixado pelo legislador. Daí deriva a autoridade que é a investidura e a limitação imposta pela lei, a investidura da autoridade, do policial militar, a sua competência, que está disposta no Artigo 144, da Constituição Federal, completada pela Legislação Federal específica e a Estadual, própria, totalmente legal.

Alguém tem que ser responsabilizado. Tenho certeza, que o líder do governo, Deputado Valdir Rossoni, já está tomando todas as providências. Quem autorizou essa licitação, o departamento jurídico do DER tem a grande responsabilidade, se houver uma rescisão de contrato, a essas pessoas serão chamadas, o direito e a obrigação de pagar essa rescisão. A sociedade, o Estado não podem pagar pelo erro daqueles que estão lá, sendo pagos pelo dinheiro do povo para fazer juridicamente o que é correto. Não se admite que façam dessa maneira, errada.

Por isso anexe ao projeto do Deputado Durval Amaral um voto em separado, baseado nesse estudo, que minha assessoria fez com a colaboração de outras pessoas, para esclarecer corretamente essa situação.

Senhor Presidente, estamos numa turbulência nacional e venho a essa tribuna também lembrar, que ao mesmo tempo, irmãos, nossos vizinhos fronteiriços também estão nessa expectativa, mas acima de tudo são os grandes parceiros do nosso País. Faço questão de lembrar a essa Casa, que hoje, pelo horário da manhã estivemos com o Prefeito Cássio Taniguchi, de Curitiba, inaugurando uma praça comemorativa à República do Uruguai.

(Lê):

“174 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

25 de agosto de 1999

Foi inaugurada hoje, uma praça nesta capital, no Parque Barigui, em homenagem à República do Uruguai.

O nosso Estado, rende aos uruguaianos a nossa mais sincera homenagem.

O Paraná, Estado amigo, acolheu os uruguaianos, não só com a sua beleza e cordialidade de sua gente, mas também com sua hospitalidade. Estamos comemorando hoje, os 174 anos de declaração da Independência da República Oriental do Uruguai.

O sonho de liberdade dos uruguaianos e seus antepassados, materializou-se através de lutas sangrentas, o que garantiu o espaço físico daquele país, como nação. Mas, a liberdade deste povo está, cada dia mais, ligada à independência econômica do Bloco regional, o Mercosul. A sua independência cultural como parte da civilização Latino-americana, deve ser preservada e estabelecer o equilíbrio pluritário e cultural e a sua autonomia tecnológica se apoia nos alicerces de seu conhecimento, que possibilitará que aquele país enfrente os Blocos Econômicos de outros continentes, dentro de um diálogo de total igualdade.

A independência de um povo é um trabalho de todos os dias e não há idade para construí-la. todos somos responsáveis pela nossa liberdade e ninguém tem o direito de excluir-se deste processo

com a desculpa de que já fez demais pelo seu país, pelo seu povo. Nenhum Governo do nosso planeta poderá solucionar os problemas da população, senão com a colaboração dos cidadãos. Ninguém pode se excluir das suas obrigações para com este mundo onde vive, onde mora.

O Uruguai, nestes 174 anos de independência, conseguiu obter o respeito da comunidade mundial, lutou com grandes dificuldades, sem deixar jamais de honrar seus compromissos. Seus governos independentemente de suas tendências políticas, souberam construir as bases para a criação de um país cuja honra maior foi difundir o Ensino Público e Gratuito e o Serviço Público Médico Assistencial para todos os seus habitantes, em todos os cantos da República, conseguindo praticamente erradicar o analfabetismo e as doenças transmissíveis. Em outras, palavras, dando cidadania aos seus habitantes.

O processo de liberdade definitiva iniciou-se em 12825, na Praia da Agraciada, com o desmembramento dos 33 Orientais. O país já estava preparado para a independência e não lutava para depois forjar sua própria identidade, pois já era uma nação constituída, lutando pelo seu espaço físico. Em 1854 foi criada em Montevideu a Câmara Comercial do Uruguai/Itália, primeira e mais antiga do nosso Continente e do Mundo. Também, o primeiro Rotary Clube do nosso Continente foi fundado em Montevideu em 1918, apenas 13 anos após Paul Harris ter lançado a sua idéia nos Estados Unidos. Ainda, foram uruguaianos famosos que, ainda no século 19 aportariam a Literatura Latino-americana, obras de excelente conteúdo artístico.

O Uruguai, na sua história de país soberano, conquistou um lugar na cultura, no esporte, na economia deste nosso Continente. O Século 21 se apresenta como um grande desafio de evolução tecnológica, uma tarefa que, pela sua dimensão infinita, jamais poderá ser levada a cabo por uma só nação. Compete a nós e às futuras gerações, todos os irmãos Latino-americanos conquistar a liberdade que todos merecemos.

O Uruguai, país irmão do Brasil, dentro do MERCOSUL, tem dado uma imensa contribuição. Este Mercado Comum, que promete ser um gigante dentro do mercado mundial, tem avançado sempre dentro da economia, proporcionando desenvolvimento aos seus membros, tem tido a colaboração magnânima desta República que festivamente comemora hoje seus 174 anos de Independência!”

Por isso quero em nome desta Casa hoje, transmitir à colônia uruguaia, que também faz o progresso desse Paraná e desse Brasil, aqui radicado nossos irmãos, com quem temos uma grande convivência, cumprimentar em nome do Senhor Côn-

sul Hélio Hugo Torres, em nome do Ramon Baró, que é Presidente da Câmara de Integração do MERCOSUL, cumprimentar em nome do Aldo Costa, do Olivier, que também nos prestigia aqui no Plenário desta Assembléia, enfim de todos os irmãos uruguaios por esta data muito importante.

Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, este bloco não se pode pensar em fazer política, não se pode tratar a economia independente, todos unidos seremos mais fortes.

Quero neste momento também deixar a minha solidariedade aos aposentados do Estado que vieram aqui reivindicar a questão do IPE. Tenho sido constantemente cobrado isso. A questão do IPE não é uma questão partidária, mas uma questão de saúde e transcende a questão governamental. Deverá o Governo encontrar urgentemente uma solução sob pena de termos sérios problemas na continuação na questão de se negar o direito a saúde àqueles que durante anos se dedicaram a vida e a causa desse Estado.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem fui abordado por alguns jornalistas dizendo que a Secretária de Educação Alcyone Saliba disse que viria a essa Assembléia somente por convocação do Presidente Anibal Khury ou convite do Líder do Governo.

Nós havíamos feito já alguns contatos a nível pessoal em nome da Comissão de Educação para que ela viesse à Comissão para debatermos assuntos democraticamente. Ela assumiu um compromisso comigo, que não estava falando como Deputado, mas como Presidente de uma comissão. Sabemos que aqui existe uma relação de gentileza. ninguém vai convocar um Secretário, mas sim faz um convite, mesmo sendo da Oposição. Mas a forma como ela tem nos tratado ultimamente faz com que repensemos a forma de como estamos conduzindo a Comissão de Educação. Tenho seguidamente conversado com os meus parceiros da Comissão, tudo lá se discute, propostas que sou radicalmente contra, mas como tenho uma responsabilidade institucional, foram aprovadas. Como por exemplo, a moção de apoio a um curso da UNDIME. Mas coloquei em votação, conduzi o processo, Já fiz isso em várias situações. O debate foi sempre pautado pela abertura democrática, convidamos inúmeros segmentos. A própria Secretaria de Educação já mandou um representante para

vários debates que tivemos aqui com relação ao Fundo Rotativo. Com relação ao transporte escolar foi detalhado com ela que envolveria os prefeitos e ela concordou com a reunião. Depois por problemas com o avião não pôde estar aqui. Gerou um clima bastante preocupante. Mas ela sabia. Fui falar com ela na segunda-feira e disse: "A senhora prometeu, numa reunião com os prefeitos, que até julho em nome do Governo, teria uma resposta aos prefeitos com relação ao transporte escolar. "Pedia a ela que fizesse uma proposta, pelo menos. Discuta com os prefeitos, coloque a situação dramática financeira do Estado, mas não se furte da discussão. E ela aceitou.

Esta semana fui surpreendido na medida que a Secretária fala que não respeita a Comissão de Educação. Isso é uma afronta à Assembléia Legislativa. É uma Comissão que está sendo tocada com maior respeito. Fui chamado de Deputado "light". Acho que mereço o título, porque é dessa forma que me conduzi. Não como Deputado, mas como Presidente de uma Comissão: não falo por mim, falo pelos meus Pares. Na Comissão sempre as decisões estão sendo tomadas pela unanimidade. parece uma sintonia razoável. Todo relatório de projetos, todo convite, todo assunto tratado, têm anuência dos meus Pares, senão todos, pelo menos a maioria.

Mas, na Comissão, sempre, as decisões estão sendo tomadas por unanimidade. Parece-me uma sintonia razoável desta Assembléia, pelo menos no que tange à Comissão de Educação.

O Secretário Ney Leprevost pediu que marcássemos o dia que ele vem aqui na Comissão, gentilmente, para falar dos problemas da sua pasta. A Secretária da Cultura, da mesma forma, para falar de sua pasta. Uma reunião entre os Deputados.

Enfim, como estamos ouvindo a sociedade civil, ouvimos a APP, setor educacional dos sem-terra, pessoal da Casa Familiares Rurais, e outros. Estão aí com a discussão do salário-educacão, que tem três propostas na Assembléia Legislativa: 1º, a proposta de Deputado Beto Richa; 2º, a proposta da Comissão da Educação; 3º, uma proposta sendo trazida pela União dos Secretários Municipais.

Então, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente e Líder do Governo, não se admite que publicamente uma secretária desautorize uma Comissão desta Casa, a não querer tratar no assunto da Educação, sobretudo, porque o Regimento Interno é claro: que a Comissão pode convocar o Secretário. A Comissão delibera em Plenário; colocado na Ata e assinado pelos Senhores Deputados, pela maioria pelo menos, o Secretário tem que vir a esta Casa. Isto é regimental, Artigo 28, Inciso 4º, se não me engano.

Além disso, o Estado do Paraná está passando por uma situação crítica, extremamente preocu-

pante que tange à Educação. Falei dos diplomas falsos, da supletivização do ensino, do fluxo, que é uma certificação atabalhoada que está acontecendo no Estado do Paraná, o problema com relação os prédios escolares que estão caindo, com relação ao PCCS, que foi aprovado aqui nesta Casa.

Temos vários problemas, e o Estado do Paraná no que se refere à Secretaria de Educação, por isso, estou fazendo uma proposta de convocação da Secretária, porque o Estado do Paraná está cometendo duas ilegalidades. Além do Salário-Educação de dezembro do ano passado, obriga o Estado do Paraná a repartir. O Deputado Beto Richa sabe muito bem disso, porque fez um projeto baseado nesta lei, também como fizemos. Obriga o Estado do Paraná repartir o Salário-Educação, no mínimo 50% com os prefeitos, com os municípios. O Estado do Paraná não está cumprindo esta determinação. Precisa da lei, precisa. Se o estado não fosse ocioso, já teria mandado o projeto de lei aqui.

Mas, tomamos iniciativa apresentando o projeto. É um projeto ruim. Tem defeitos problemas, mas é um projeto para provocar discussão. O Deputado Beto Richa, também, sua assessoria mandou anexar ao nosso projeto. vamos discutir juntos.

Também, o Plano de Cargo de Carreira e Salário dos professores, porque deveria ter sido cumprida essa determinação legal, da Lei nº 9424/96, que é a Lei do FUNDEF, até 31.07.98. Já passou mais de um ano, que o Estado do Paraná está irregular perante o Governo Federal.

Portanto, isso para mim é suficiente, dois motivos básicos baseados na lei, e não na minha pré-disposição política que a Secretária tem que ser convocada.

Vai resolver? Não sei. A Secretária não conhece muito bem a realidade do Paraná. Em uma convocação não se resolve, temos que pelo menos ouvir.

Vou propor a convocação da Secretária para restabelecer a dignidade desta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças, PMDB com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente queremos nos somar às manifestações anteriores, dos Deputados Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Irineu Colombo no que diz respeito aos problemas vivenciados pelos aposentados que hoje encontram-se sem nenhum atendimento na área médica e hospitalar, já que o IPE encontra-se do jeito que está, paralisado em suas funções e o PARANASAÚDE, dentro do

PARANAPREVIDÊNCIA até hoje não se tornou realidade.

Isto não foi por falta de se alertar. Quando tramitou o projeto do PARANAPREVIDÊNCIA, em mais de uma oportunidade, parlamentares desta Casa alertaram para este problema e, infelizmente, os argumentos naquele momento não foram assimilados pelo Governo do Paraná.

A nossa solidariedade a vocês e a todos os demais e tenho certeza que a Bancada do PMDB estará ao lado da busca de uma solução para este problema.

Outra questão: quero comunicar aos Senhores Deputados que mais uma vez o Deputado Anibal Khury nos designou para representar esta Assembléia em reunião da União Nacional dos Legislativos Estaduais, com a presença de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, que acontecerá amanhã, sexta-feira e sábado, em Manaus, quando serão discutidos e debatidos assuntos relativos à reforma tributária que tramita no Congresso Nacional.

Na outra vez fomos em companhia do Deputado Nelson Justus, tivemos reunião com o Deputado Michel Themer, com o Deputado Rigotto, com os Presidentes de Assembléia e estaremos viajando com o Deputado José Maria Ferreira, Ademir Bier e do Deputado Cesar Seleme, para que possamos avaliar os efeitos da reforma tributária em cima dos municípios e no caso do ISS que é importante para as capitais e cidades de grande porte.

Quero registrar que estaremos, à noite, nos dirigindo para Manaus, onde participaremos desta reunião da UNALE.

Queremos dar conhecimento a esta Casa de um ofício que recebemos ontem, enviado pelo Senador Roberto Requião.

Ofício assinado por Solimar Wychrowski, assessor para Assuntos Parlamentares do Banco Central.

(Lê):

“Senhor Senador.

Reportemo-nos ao Ofício de 14.07.99, por meio do qual Vossa Excelência nos deu conhecimento de sua intenção de colocar óbices à privatização da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, argumentando que o oferecimento de ações daquela companhia em caução, de modo a permitir a concessão de empréstimo ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, contraria o disposto no art. 52, inciso VII da Constituição Federal.

De ordem do Senhor Presidente deste Banco Central e consoante informações prestadas pelo setor técnico, esclarecemos a Vossa Excelência que em 30.06.98 o Estado do Paraná firmou, com a União, ‘Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição’, no qual a

Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, previa o oferecimento de garantias pelo Estado do Paraná ao BANESTADO por promessa de aquisição de títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP).

A propósito, considerando o interesse do Estado do Paraná em oferecer ações da COPEL em garantia, para cumprimento das referidas disposições, este Banco Central solicitou a manifestação do BNDES Participações S/A - BNDESPAR a respeito, oportunidade em que fomos informados que inexistiam óbices legais à matéria.

Dessa forma, o Estado do Paraná ofereceu ações da COPEL em garantia, conforme 'Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Títulos Públicos', a seu respectivo 'Termo Aditivo', firmado em 03.03.99.

Respeitosamente

(a) SOLIMAR J. WICHROWSKI

Assessor para Assuntos Parlamentares"

Tudo isto, Senhor Presidente, demonstra com clareza que estávamos certos quando a Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 28 de junho de 99, votava a lei nesta Casa, alterando legislação anteriormente votada acerca do saneamento do Banco do Estado. E naquele momento dentre tantas coisas que afirmávamos, dizíamos, nós agora estamos trocando moedas podres que o Governo comprou de Alagoas, Pernambuco, Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, por moeda boa, chamada ações da COPEL.

Este é mais um dos grandes negócios que o Governo que faz a transformação do Paraná, concretizou nos últimos dias.

Um grande negócio exterminar com o IPE, prejudicar centenas, milhares de servidores públicos aposentados que todos os meses contribuíam para que o IPE existisse e prestasse saúde. Um grande negócio como este que vem sendo sistematicamente denunciado aqui na Assembléia por diversos Parlamentares e que foi hoje aqui também abordado com muita propriedade pelo Deputado Hermes Fonseca, pelo Deputado Algaci Tulio, que é a terceirização das multas, a terceirização da fiscalização das rodovias e por que não dizer também das ruas e avenidas existentes no Estado do Paraná.

E, sem sombra de dúvida, este outro grande negócio, esta grande transformação que o Governo do Estado vem fazendo, transformando ações maravilhosas, ações boas, ações verdadeiras, ações que dão lucro como as ações da COPEL, está trocando estas ações pelas ações podres, pelos títulos podres emitidos pelos Governos de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, no Estado de São Paulo.

Uma maravilha, uma maravilha que poderia ser evitada se fosse respeitada a legislação aprovada por esta Casa, no que diz respeito à venda das ações da COPEL. E os Senhores Deputados se lembram que quando foi autorizado por esta Casa a venda das ações da COPEL e temos aqui farto material sobre isto, estabelecia que o produto oriundo da venda das ações seria destinado à geração de empregos, seria destinado ao desenvolvimento do Estado do Paraná, na construção de obras e melhorias que fomentassem o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Lembro-me que quando este assunto foi tratado no Governo Roberto Requião, a venda das ações da COPEL seria utilizada para terminar a Usina de Salto Caxias, a FERROESTE, seria utilizada para ampliar o Porto de Paranaguá, seria utilizada na construção de cerca de 25 mil casas populares e na construção de 1.200 quilômetros de rodovias pavimentadas. Projetos que certamente gerariam empregos e que fomentariam o desenvolvimento do Estado do Paraná. A lei modificada por esta Assembléia já no Governo de Jaime Lerner não carimbou os recursos com esta especificação dada durante o Governo Requião, mas mesmo assim estabeleceu que os recursos seriam utilizados no desenvolvimento, na geração de empregos no Estado do Paraná.

E o que é que estamos vendo agora? Quatrocentos e cinquenta milhões de reais sendo destinados à cobertura do rombo propiciado por este grande negócio que foi comprar os títulos podres de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos. Estes 450 milhões de ações da COPEL se vendidos, como autorizado pela Assembléia e se destinado como estabeleceu a lei da Assembléia Legislativa, poderia hoje estar sendo utilizado para sanear estas dívidas que o Governo tem com as empreiteiras que iniciaram e paralisaram a construção de importantes rodovias no Estado do Paraná, ligando sedes de municípios a distritos do Programa "Caminhos da Educação".

Poderiam, sem sombra de dúvida, estes recursos estarem sendo utilizados também como determinou esta Casa, na capitalização do Fundo de Previdência, do PARANAPREVIDÊNCIA, para que pudéssemos desafogar o compromisso mensal que tem o governo com os aposentados e pensionistas através da folha de pagamento. Mas preferiu o Governo do Estado realizar esse grande negócio, que é trocar ações da COPEL por títulos podres de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos.

Queira Deus, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Governo do Estado interrompa esses grandes negócios que tem feito, porque a cada dia que passa, mais uma notícia divulgada, chegare-

mos à conclusão definitiva de que o Paraná realmente afundou, que o Paraná realmente quebrou e que os responsáveis por isso estão aí, livres, soltos, trafegando por todos os lugares, sem que esta Casa - ou a Justiça - os alcance, para que eles sejam responsabilizados por essas maldades e irregularidades que cometem contra o Estado do Paraná, seus servidores e sua gente.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a título de esclarecimento gostaria só de informar aos companheiros que vigilante na defesa do interesse da sociedade paranaense conseguimos firmar, com a liderança do Governo e com as lideranças da área de trânsito do Estado do Paraná, um acordo pondo fim à terceirização do serviço de multas em todo o Estado do Paraná.

Desde há quinze dias atrás já está suspensa totalmente a fiscalização que era feita nas rodovias do Estado do Paraná por uma empresa do Estado de São Paulo, ficando terminantemente proibida terceirização de multas no Estado do Paraná. Isso obedece o predisposto na própria Constituição Estadual, no seu artigo 39, no artigo 236, onde é uma das funções do Estado a segurança pública. E nós entendemos que não se pode terceirizar a segurança pública, como não se pode terceirizar a educação, e não se pode terceirizar a saúde pública em nosso Estado.

Por fim entendemos que a fiscalização só pode ser exercida pelo agente público, ou seja, pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

Aquela onda que vivemos indevidamente no Estado de empresas descaracterizadas multando e mantendo os veículos escondidos atrás da moita, ou atrás de placas de sinalização, está proibido no Estado do Paraná.

Os pressupostos do nosso projeto de lei original estão todos mantidos, ou seja, a terceirização de multas está proibida.

A fiscalização somente poderá ser exercida pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, sempre que um condutor de veículo exceder na sua velocidade deverá ser interceptado pela Polícia Rodoviária e notificado da infração que acaba de cometer.

São os pressupostos fundamentais. A pergunta que se faz é a seguinte: "Pode a empresa A ou B continuar exercendo as suas atividades no Estado do Paraná?"

Pode, desde que participe de um processo licitatório, se assim entender que a locação dos equipamentos deva ser feito.

Existe sempre por parte do ordenador da despesa o seu ato discricionário, que se mudar a natureza jurídica do contrato, por exemplo, um contrato que previa a terceirização de multas, se mudarem esse contrato para locação o ordenador das despesas terá que se explicar à própria Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, aos órgãos competentes.

Não somos nós que poderemos tratar da lei de licitações para uma lei ordinária a nível de Assembleia Legislativa, é claro que não. Então, nós estamos mantendo os pressupostos originais do nosso projeto que proíbe a terceirização, a fiscalização será exercida somente pela Polícia Rodoviária Estadual e haverá sempre a interceptação do condutor, quando esse estiver em excesso de velocidade, ou seja, está decretado o fim da indústria das multas nas rodovias do Estado do Paraná.

Todos os pressupostos estão mantidos. Se a autoridade de trânsito, se o ordenador de despesa descobrir o que prevê a lei de licitação pública, a responsabilidade ele terá, com toda a certeza, perante o Tribunal de Contas e os órgãos competentes.

São esses os esclarecimentos, porque sei que esse projeto de lei, apesar da idéia inicialmente ter sido minha, é um sentimento de todos nós, nessa Casa, pôr fim a essa indústria das multas.

Então é um projeto de lei que extrapola os interesses do Deputado Durval Amaral, porque encontra eco em toda a sociedade paranaense.

Tenho certeza, como vigilante e defensor dos interesses maiores da sociedade paranaense, os pressupostos estabelecidos inicialmente foram integralmente mantidos - razão pela qual quando passar pela próxima semana, pela C.C.J., os senhores terão a oportunidade de conhecer o substitutivo que foi elaborado e, com toda a certeza, poderão apoiar na sua totalidade.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Vossa Excelência, sem dúvida, trouxe para essa Casa uma discussão com a elaboração e discussão desse projeto, que é de interesse de todos.

A sociedade paranaense foi escolhida no momento em que descobriu-se que havia uma empresa terceirizada revestida de uma personalidade jurídica e civil e que estava fazendo multa em nome do Estado, numa função indelegável que é a do Estado.

Pergunto a Vossa Excelência, se cuidou dentro desse contrato, desse entendimento, que o Sen-

hor manteve com a liderança do governo das multas aplicadas.

Como ficam essas multas aplicadas, que reconhecidamente, por um contrato irregular, por uma ação irregular, como fica o cidadão, que teve os pontos anotados em sua carteira de habilitação e teve também a multa pecuniária aplicada, paga ou ainda para ser paga?

O SR. DURVAL AMARAL

Aconselharei e tenho aconselhado a todos que me ligam e que me procuram a recorrer dessas multas, alegando inclusive a própria Constituição Estadual, por se tratar de uma função indelegável do Estado.

Entretanto, para que o nosso projeto de lei pudesse ficar dentro do estritamente legal, não poderíamos anistiar, no meu entendimento - pode ser o entendimento dessa Casa, posteriormente - os pontos a não ser que essas multas sejam consideradas ilegais, e o recurso interposto, e, finalmente, canceladas.

Porque queremos fazer o projeto estritamente dentro da legalidade, na nossa esfera de competência.

O nosso projeto acabou sendo respaldado de uma maneira legal, porque apesar de tratarmos de uma maneira concorrente, de uma possível legislação de trânsito, nos mantivemos somente dentro da nossa esfera de competência, razão pela qual o nosso projeto de lei, apesar dos técnicos do DER num primeiro momento quererem discutir sobre a ilegalidade do projeto, porque trânsito não pode ser tratado na esfera da Assembléia legislativa, conseguimos provar que dentro da capacidade ligeferante nossa, não estávamos adentrando em nada, em nenhum ponto e em nenhum aspecto do Código Nacional de Trânsito.

O Sr. José Maria Ferreira

O entendimento encerrou entre Vossa Excelência e a liderança do governo ou ele passa nessa Casa?

Ele passa no Plenário? Para adiantar, a Casa, se pudesse faria uma emenda neste sentido dos pontos e já desconstituía as multas que foram aplicadas irregularmente.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, era esse o meu esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças.
PDT; PSL; PPB.

Concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

Ocupamos essa tribuna hoje, por um motivo que consideramos de enorme relevância, em especial, uma referência a memória brilhante do nosso jornalista, professor desta Casa, Rafael de Lala. Nos adiantava ele, que domingo, o nosso Estado estará completando 146 anos de vida politicamente organizada, através da Lei Imperial que foi sancionada por D. Pedro II, no ano de 1853. Então, no próximo dia 29.08, estaremos completando 146 anos como um Estado independente que participa da nossa Federação.

Pegando um gancho nessa data tão importante, quero aqui fazer um apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para a nossa Bancada Federal - constituída por 30 Deputados Federais e três Senadores da República. Esse apelo vem no sentido de que precisamos conscientizar dessa força política, para que ele possa se colocar a favor dos interesses do nosso Estado.

Vou explicar: vimos hoje pela manhã, os jornais estampando a figura do nosso Governador Jaime Lerner, em audiência com o nosso Presidente da República, quando ele fazia um apelo mais uma vez, para que os "royalties" de Itaipu sejam liberados para que o nosso Governo possa dar condições de atendimento ou de estruturação da PARANAPREVIDÊNCIA. Vimos no noticiário que o Governo se mostra cauteloso. Isso, no nosso parco entendimento, nobres Pares, soa como o enfraquecimento político e isso nos leva à situação atual. O nosso Presidente que governa este País, olha o Estado do Paraná como um Estado rico. Essas medidas protelatórias, só têm causado tristezas, dores e injustiças para o nosso povo.

Nossos Deputados Federais precisam baixar as bandeiras partidárias e levantar a bandeira de interesse do nosso povo. Todos os Deputados aqui trabalharam com Deputados Federais a tiracolo, pedindo votos, com a esperança de que eles, em Brasília, dessem sustentação política ao nosso Governo e a todo o Estado, para que os interesses maiores do Estado fossem atendidos pelo nosso Governo Federal.

E o que estamos vendo, senhores? Só desculpas e mais desculpas. Estamos organizados politicamente como São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, têm conseguido do Governo Federal tudo, para que o Estado possa prestar serviços aos cidadãos de seus Estados. E o que é que nós conseguimos? Verdadeiras hordas de oposições têm se

colocado contra os interesses do nosso Estado na esfera federal.

Precisamos dar um basta nisso, nobres Pares, porque estamos pagando muito caro. Vou dar um exemplo: só hoje pela manhã, recebíamos a visita de duas professoras, Professora Cleusa e Professora Maria, no nosso gabinete. A Professora Maria, 41 anos lecionou como professora. E hoje se vê na impossibilidade de conseguir uma consulta de um oftalmologista para refazer os seus óculos da sua visão já cansada.

Isso é de queimar a cara, de deixar a todos nós envergonhados, nós Parlamentares aqui, vendo que não temos nenhum Instituto de Previdência para atender aos nossos aposentados, aos nossos pensionistas, temos um órgão modernamente criado pelo Governador que não sai do solo, não decola, porque não temos como conseguir recursos.

Temos sim. Temos direito de conseguir recursos do governo federal mas nos falta apoio político. Nos falta essa energia, esse oxigênio democrático.

Estamos aí de “pires na mão”. quando vemos o governador junto com o Secretário de Estado lá em Brasília batendo de porta em porta, fico a pensar: secretário de Estado não tem força política. Por que que não está lá o Líder da Bancada dos Deputados Federais?

Por que não estão lá os nossos Senadores exigindo do Governo Federal, que devolva ao Paraná aquilo que o Paraná manda para Brasília através de exportações de produtos agrícolas que não têm tributação de ICMS, por causa de uma lei Kandir.

Essa tributação perversa que está enfraquecendo, empobrecendo o Paraná.

Não temos ICMS da energia elétrica, cem milhões por mês deveríamos ter de ICMS.

Imaginem 1/3 do que o Paraná arrecada. E os nossos deputados federais, dá-se a impressão de que foram votados por outros Estados, que são outro eleitores deles, porque não vem nenhum aqui. Ficamos gaguejando de vergonha por não termos uma resposta a dar, como explicar esse imobilismo do governo federal.

O BANESTADO, já se passou o tempo de ser privatizado e não o foi. Nossas estradas paradas, sem obras. Nossos professores aposentados sem a saúde à disposição. Nossa única arma é a força política e isso não estamos usando.

É esse o apelo que faço, que cada Deputado converse com seu Deputado Federal.

Vamos convidar o José Borba que é o líder da bancada federal para explicar porquê estamos sendo tabelados pelo governo federal.

Por que estamos sem conseguir nenhuma abertura de porta para que o Estado volte a prestar serviços. Estamos sabendo que a situação é difícil, mas se não há dinheiro vamos ao FMI pedir que se

alongue essa dívida. E vamos parar de cobrar imposto através de gasolina e outras coisas mais.

Nosso povo não tem como pagar mais tributos.

O governo federal precisa devolver o que o Paraná está mandando para lá. Esse apelo faço a todos, vamos dar sustentação política ao nosso governador, porque sozinho ele não vai chegar a lugar nenhum.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Quando Vossa Excelência estava falando da audiência do Fernando Henrique Cardoso com o Governador Jaime Lerner me ocorreu a seguinte imagem.

O Fernando Henrique Cardoso, depois de ouvir todas as explicações do Jaime Lerner, deve ter ficado olhando para o Jaime Lerner do outro lado da mesa e passado o seguinte pensamento: “Puxa, Governador, o senhor gastou em quatro anos, 403 milhões de reais em propaganda, é mais do que o Governo brasileiro inteiro gastou durante o ano. O senhor gastou, só em uma obra de propaganda lá na Costa Oeste, cento e sete milhões de Reais.

Agora o Senhor entrou no precatório, o seu banco foi responsável por 400 milhões de reais daquele episódio com o BRADESCO que deu um vexame para o Brasil inteiro.

Estou preocupado em dar os royalties de Itaipu, porque o Senhor diz que é para pôr no Paraná Previdência que é para regularizar a aposentadoria dos servidores, que é para pagar salários para melhorar a folha.

Tenho cautelas porque o seu exemplo, Senhor Governador Jaime Lerner, não foi um bom exemplo de governo nos seus quatro anos.”

Veja o que o Covas fez: a folha de pagamento é 56%, da receita do Estado de São Paulo. Hoje o Covas privatizou e pegou o recurso para diminuir a dívida.

O Paraná começou em 94, com um bilhão e oitocentos de dívida, hoje está com dez bilhões de reais de dívida.

Então, deve ter imaginado o Presidente Fernando Henrique: “puxa vida, além de ser imoral e meio anti-ético, pegar uma receita de 25 anos, que são das próximas gerações, dá para um governador só...”

Se o Jaime tivesse pedido a antecipação da receita dos royalties da ITAIPU do seu governo, teria pelo menos, do ponto de vista ético, da correção legal poderia ser até justificado. Mas, querer 25 anos, de certa maneira, dar uma nota promissória de algo que não é dele, para resolver, um problema que ele criou. Porque não é problema do governo

federal que não repassa dinheiro. O Governo Federal tem dado boas intenções, deu aqui o financiamento, agora, depois de tudo que o BANESTADO fez. Depois de toda a roubalheira, que foi na polícia, que está aqui no Ministério Público, e o Banco Central não fez nenhuma observação, fez vista grossa, não mexeu em nada, do que o Banco do Estado e o governo pediu. Pediu 4 bilhões de reais de empréstimo para sanar dívida do Banco do Estado do Paraná.

Veja bem, 4 bilhões é mais do que todos os bancos brasileiros pediram. E o Governo Federal deu 4 bilhões, 30 anos, com juros de 6% ao mês. E mesmo assim, ainda, depois de todo esse problema, o Jaime vai lá de pires na mão, pedir ainda 25 anos de antecipação dos royalties.

Acho que a bancada que dá sustentação ao governo lá do seu Partido, do PPB, PTB, PFL, PL, os deputados federais, que Vossa Excelência faz menção, sabe por que eles não estão junto com o Jaime, não estão junto com o Giovani, lá n Banco Central? Porque eles estão envergonhados. Eles estão envergonhados com o que aconteceu no Paraná nesses últimos 4 anos.

Os senadores, o Roberto Requião é de oposição e tem uma outra posição. Agora, o Osmar Dias, o Álvaro Dias e a Bancada dos Deputados Federais, estão envergonhados, do que aconteceu nesses 4 anos.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

A minha intenção não é levantar a bola de oposição que nada faz nesse país.

A oposição só atrapalha e é terra calcinada. É momento de união, em pensar, em saídas estratégicas, ter criatividade. Criticar é fácil.

Esse governo, o Paraná está com 146 anos, o Governo Jaime Lerner tem 4 anos, as mazelas vêm de anos. Então não vamos aqui jogar tudo em cima do governador, porque não é por aí.

Estou fazendo um apelo, para que passemos a ter uma preocupação abrangente, com relação a apoio político. O PT deveria mostrar essa preocupação também.

Estou procurando uma solução. A classe política, não é hora mais de ficar falando e inventando isso ou aquilo. É preciso olhar para quem está aqui, sentado aqui, eles querem médicos, querem saúde, querem remédio, querem respeito.

Agora temos crédito junto ao governo federal, precisamos cobrar devida e politicamente.

Esse é o apelo que faço, vamos pensar grande.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 349/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, localizado nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 349/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 350/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Profissionais Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 359/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Mission-

ária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 359/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Abrigo, Deus Cristo e Caridade, com sede e foro na Cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Médico - CEAME, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no Município de Peabiru. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 413/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no Município de Peabiru.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a ASSAMA - Associação dos Deficientes por Amputação de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 414/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ASSAMA - Associação dos Deficientes por Amputação de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 416/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Diadema, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 416/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Diadema, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Ação Social, com sede e foro no Município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 418/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Metodista de Ação Social, com sede e foro no Município de Apucarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1859, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, já conseguimos uma reunião para o grupo de senhoras que estavam representando a entidade, com o Superintendente do IPE para que elas pudessem colocar as suas dificuldades e problemas. Queremos propor ao Deputado Ângelo Vanhoni para que retire este requerimento e na próxima semana, traremos os dois Secretários, na Sala da Liderança do Governo, para discutir com os Senhores Parlamentares, essa questão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Está retirado o requerimento, com a aquiescência do Deputado Ângelo Vanhoni.

Requerimento nº 1853, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1854, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1855 e 1856, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1860 e 1861, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1864 a 1866, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1867, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1868, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1869 e 1873, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1870, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1872, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1871, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)
Senhor Presidente, tomamos conhecimento através da leitura de alguns jornais na data de hoje que o Secretário Giovani Gionédís cancelou sua vinda à Assembléia no dia 30 de agosto.

Consulto Vossa Excelência se é de conhecimento desta Casa, se foi comunicado oficialmente à Casa e se uma outra data já foi agendada pelo Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Eu, pessoalmente, devo esclarecer que não tenho conhecimento, a não ser o que Vossa Excelência leu pela imprensa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Esta é uma questão que tem que ser respondida pelo Presidente Anibal Khury.

Eu, naturalmente, posso ter até conhecimento de uma eventual mudança da data, mas isto é uma atribuição do Presidente da Assembléia e eu como Líder do Governo não posso aqui responder.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
É verdade. Eu também não tenho conhecimento. Tomei conhecimento apenas pela imprensa, mas faço questão de amanhã mesmo lhe dar a resposta se houve alguma transferência da data por parte de um entendimento entre o Secretário e o Presidente Anibal Khury.

Gostaria ainda de lembrar aos Senhores Deputados que na sessão de amanhã será concedido, por proposição do Deputado Péricles Mello, o

Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Waltel Branco. Amanhã, às quinze horas.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)
Par registrar a presença aqui entre nós das estudantes: Mariana Marchiori, Fernanda Absi, Mayumi Matsuda e Letícia Bueno, que fazem parte da Faculdade Católica de Administração e Economia e que estão fazendo um trabalho, um estudo para aquela faculdade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Devidamente registrado. Sejam bem-vindas à Casa.

Esta Presidência ainda lembra aos Senhores o convite para o jantar de confraternização em homenagem ao Dr. Abdo A. Kudry no restaurante Madalosso na data de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413, 414, 416 e 418/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 318/99.

Convoca ainda, os Senhores Deputados para a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Waltel Branco por proposição do Deputado Péricles Mello, a se realizar às quinze horas, do dia 26, no Plenário do Palácio XIX de Dezembro.

Levanta-se a sessão.